

Pe. Francisco de Aquino Júnior

CEBs: FERMENTO DO REINO NA SOCIEDADE

Reflexões teológico-pastorais



SUMÁRIO

Apresentação – Dom Luiz Fernando Lisboa	6
Introdução	7
1. CEBs: Um novo jeito de ser Igreja	9
2. Encontros Intereclesiais das CEBs	16
3. Espiritualidade das CEBs	21
4. Mártires da Caminhada: Testemunhas da Esperança	27
5. Igreja na Cidade: Lugar e Fermento de Fraternidade	32
6. Por uma Igreja missionário sinodal	39
7. Fortalecendo as CEBs do Brasil: Desafios e Cuidados na Caminhada	43

APRESENTAÇÃO

O presente livro “CEBs: Fermento do Reino na Sociedade”, do amigo e irmão Francisco de Aquino Júnior, traz reflexões teológico-pastorais que nos ajudarão a refletir sobre o nosso jeito de ser Igreja nos centros e nas periferias das cidades, nas zonas rurais, nas várias realidades em que nos encontramos.

Não é um livro de receitas. O autor ajuda-nos a juntar dois elementos fundamentais: o olhar-leitura da nossa realidade sócio-ecclesial e a fundamentação teológico-pastoral sobre nosso modo de ser Igreja. Dessa maneira podemos nos situar e perceber quais os passos que ainda precisamos dar pessoal e comunitariamente.

Aqui no Espírito Santo temos o nosso “jeito capixaba de ser Igreja”, expressão reconhecida e comentada por São João Paulo II, referindo-se à dinâmica pastoral do estado, fundamentada no protagonismo dos cristãos leigos e leigas, na forte presença e organização das Comunidades Eclesiais de Base e na opção preferencial pelos pobres (Visita do Papa ao Esp. Santo, 18 e 19/10/1991).

Cabe a cada um de nós se perguntar: qual é o meu jeito de ser Igreja? Qual é o jeito de minha comunidade ou paróquia ser Igreja? Como somos Igreja aqui em nossa cidade e em nossa diocese?

Os sete temas trabalhados pelo autor nos ajudarão a posicionar-nos sobre a Igreja que queremos ser: aquela do Concílio Vaticano II aberta aos desafios do mundo ou aquela que fica olhando para trás num passado que já não existe? Aquela que valoriza todas as vocações porque sustentadas pelo mesmo Batismo ou aquela do clericalismo? Aquela que é sensível e solidária à dor e ao sofrimento dos vulneráveis, vítimas dos sistemas políticos ou aquela elitista que se contenta somente em fazer caridade?

As CEBs não são todas iguais, mas elas são realidade em muitos lugares, são inspiração para outros tantos e são um desafio para os que ainda não conhecem seu potencial, sua força de transformação da realidade quando fé e vida, fé e participação, fé e política se encontram e se abraçam.

Além do texto-base e dos materiais preparados para Círculos bíblicos, este livro será um excelente instrumento para nos prepararmos para participar do 16º Intereclesial que acontecerá em Cachoeiro de Itapemirim, ES, em 2027, dos outros que virão depois e dos encontros diocesanos e regionais das CEBs.

Boa leitura, bom estudo, boa reflexão, bom proveito!

Dom Luiz Fernando Lisboa, CP

Diocese de Cachoeiro de Itapemirim - ES

INTRODUÇÃO

Estamos a caminho do 16º Encontro Intereclesial das Comunidades Eclesiais de Base que acontecerá de 20 a 24 de julho de 2027 em Cachoeiro de Itapemirim – ES e terá como tema “CEBs: caminhando com as juventudes, na alegria do Evangelho, a serviço do Reino”. Os Intereclesiais de CEBs são um momento forte de encontro, partilha, reflexão, celebração e animação da caminhada. E sua preparação deve ser ocasião de reflexão e articulação das CEBs em nível diocesano, regional e nacional.

Há muitas reflexões sobre as CEBs: seu surgimento, sua história, sua identidade, seus desafios no atual contexto sociopolítico, cultural, religioso e eclesial, sua densidade evangélica e sua marginalidade eclesial, os conflitos e as tensões na Igreja etc. Algumas reflexões procuram analisar as CEBs no atual contexto social e eclesial (uma espécie de análise de conjuntura). Isso é muito importante tanto para compreender o momento atual, como para buscar caminhos possíveis e eficazes para animar esse jeito de ser Igreja em nosso tempo. Outras reflexões procuram explicitar a identidade das CEBs, destacando suas características mais importantes e sua densidade evangélica (abordagem eclesiológica). Está em jogo aqui o fundamento teológico-eclesiológico das CEBs e sua permanente atualidade como jeito evangélico de ser Igreja, para além dos modismos religiosos e das conveniências e conjunturas eclesiais – nem sempre tão evangélicas.

É importante distinguir e articular bem esses dois tipos de reflexão sobre as CEBs: análise de conjuntura (constatação e análise da realidade) e fundamentação teológica (legitimidade e fundamentação eclesial). Sem uma boa análise da conjuntura social e eclesial, a reflexão sobre as CEBs pode cair em idealizações ingênuas e ineficazes. Mas sem uma boa fundamentação teológica, a reflexão sobre as CEBs pode cair em pessimismo lamuriento e trágico. Precisamos conhecer bem nosso contexto socio-eclesial. E precisamos ter clareza e convicção de nossa

identidade eclesial. Reflexão teológica que não considera a realidade em que se insere termina em doutrinarismo ineficaz. Análise de conjuntura eclesial sem reflexão teológica termina em otimismo ingênuo ou pessimismo trágico, de acordo com as ondas e modas de cada momento.

Mais que análise de conjuntura eclesial, oferecemos a seguir algumas reflexões teológico-pastorais sobre as Comunidades Eclesiais de Base, como um jeito evangélico de ser Igreja: comunidade de irmãos, centralidade na Palavra de Deus, oração e vida fraterna, carismas e ministérios, dinamismo sinodal, compromisso com os pobres e a justiça socioambiental, mártires da caminhada etc. São pequenos textos que destacam aspectos ou características fundamentais das CEBs, mostram sua vitalidade evangélica e sua permanente atualidade e desafiam nossa ousadia e criatividade pastoral. Para tornar a leitura mais leve, suprimimos as referências bibliográficas, que podem ser encontradas na publicação original, indicada em nota de rodapé no início de cada texto.

Em tempos de individualismo religioso, de Devocionismos estéreis e de espetacularização da fé, somos desafiados a uma vivência comunitária e libertadora da fé, que seja sinal e fermento do reinado de Deus anunciado por Jesus de Nazaré. Mais do que nunca, convém recordar que o dinamismo do reinado de Deus segue a lógica do fermento, do sal, da luz e da semente de mostarda. E que incompreensões, oposições, perseguições e até martírio fazem parte do seguimento de Jesus. Importa perseverar no caminho de Jesus, formando comunidade de irmãos, construindo fraternidade, defendendo os direitos dos pobres e marginalizados, cuidando da casa comum, promovendo a paz.

CEBs: UM NOVO JEITO DE SER IGREJA¹

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) marcaram decisivamente a vida da Igreja no Brasil na segunda metade do século XX. Antecedidas e, de alguma forma, preparadas por uma série de movimentos de renovação eclesial no Brasil na década de 1950, as CEBs nasceram no contexto de renovação da Igreja, desencadeada pelo Concílio Vaticano II (1962-1965) e sua recepção na América Latina a partir da Conferência de Medellín (1968). Elas concretizaram, entre nós, no nível mais básico e elementar, as intuições eclesiológicas fundamentais do Concílio. Foram assumidas e promovidas institucionalmente como projeto pastoral para o conjunto da Igreja no Brasil, já a partir do Plano de Pastoral de Conjunto da CNBB (1966-1970), bem como de toda América Latina, a partir das Conferências de Medellín (1968) e Puebla (1979). Constituíram-se como expressão e mediação emblemáticas de um “novo jeito de ser Igreja” com grande impacto na sociedade e se impuseram por décadas como fato socio-eclesial mais importante no Brasil e no conjunto da América Latina. A situação muda profundamente, sobretudo a partir do final dos anos 1980, no contexto das grandes transformações sociopolíticas e culturais e da grande “seca eclesial” (os europeus falam de “inverso eclesial”) que, na contramão do Concílio e sua recepção latino-americana, impôs um dinamismo eclesial que bem pode ser caracterizado com o Papa Francisco em termos de “autoreferencialidade” e “clericalismo”.

Há muitos estudos sobre as CEBs, tanto do ponto de vista histórico e sociopolítico, quanto do ponto de vista teológico-pastoral. Mas não é fácil fazer uma apresentação das CEBs em seu desenvolvimento histórico e em suas características essenciais, respeitando sua complexidade e diversidade. Elas são um fenômeno eclesial muito mais plural e complexo do que parece. Nunca houve uniformidade nas CEBs nem no jeito de pensar, nem nos espaços de atuação, nem nas atividades desenvolvidas, nem nas

¹ Publicado originalmente com o título “CEBS” em: DI FIORI, André Gustavo; SOUZA, Ney de; FERREIRA, Reuberson. *Dicionário do catolicismo no Brasil*. São Paulo: Recriar, 2024, p. 154-160.

formas de agir. Cada comunidade e cada região têm suas peculiaridades: seja pela dinâmica eclesial, seja pelos problemas que enfrenta; seja pelas características e pelas possibilidades (subjetivas, comunitárias, eclesiais e sociais) de atuação; seja pelos carismas e ministérios disponíveis; seja pela dinâmica que vai tomando e pelo jeito que vai adquirindo. É muito importante advertir sobre isso para não cair na tentação de pintar ou idealizar uma imagem das CEBs que não corresponde à realidade ou, na melhor das hipóteses, expressa um aspecto da vida das comunidades ou toma a atuação de parte de suas lideranças como referência e critério de apresentação das CEBs e determinação de sua identidade.

Mas, em sua diversidade e complexidade, as CEBs aparecem como um “novo jeito de ser Igreja”, cujas características fundamentais foram sendo explicitadas a partir da vida concreta das comunidades (prática) e da reflexão teológico-pastoral sobre elas (teoria). Isso aparece claramente nas conferências do episcopado latino-americano, nos encontros intereclesiais de CEBs e na reflexão teológica mais elaborada.

1. Conferências do Episcopado Latino-americano

Em Medellín (1968), as CEBs são apresentadas como “comunidade de base” que permite a “convivência pessoal fraterna”; como “comunidade de fé, esperança e caridade”; como “primeiro e fundamental núcleo eclesial” ou “célula inicial da estrutura eclesial” e como renovação da paróquia; como “foco de evangelização” e “fator primordial de promoção humana”; como comunidades que têm seus “líderes ou dirigentes” e onde todos os membros assumem a missão “sacerdotal, profética e real”; enfim, como “um sinal da presença de Deus no mundo” (Medellín, 15, III).

Puebla (1979), por sua vez, retoma e reafirma Medellín com alguns matizes e destaques: aparece já uma distinção entre pequenas comunidades e CEBs; explicita-se melhor a identidade das CEBs enquanto *comunidade* (poucos membros, relação interpessoal) *eclesial* (fé-esperança-caridade, palavra de Deus e sacramentos, palavra de Deus na vida, missão,

comunhão com os pastores) *de base* (poucos membros, permanente, célula da grande Igreja, expressão do amor preferencial da Igreja pelo povo simples); reafirma-se a participação de todos na tarefa eclesial e o compromisso com a justiça, a transformação do mundo e a construção da nova sociedade; destaca-se o desafio da formação de lideranças e de adaptação nas grandes cidades; e reafirma-se o compromisso de “promover, orientar e acompanhar” as CEBs de acordo com “o espírito de Medellín e os critérios da *Evangelii nuntiandi*” (Puebla, 618-657).

Santo Domingo (1992) marca uma mudança de rumo da Igreja na América Latina, centrada nos interesses institucionais e na autoridade eclesiástica. E isso é decisivo na abordagem que faz das CEBs como “célula viva da paróquia, entendida como comunhão orgânica e missionária”. Há uma clara subordinação das CEBs à estrutura paroquial (“célula viva da paróquia”) e a autoridade eclesiástica (“íntima comunhão com o pároco e com o bispo”) e uma insistência no “espírito missionário” (projeto nova evangelização), advertindo que, “quando não existe uma clara fundamentação eclesiológica e uma busca sincera de comunhão, estas comunidades deixam de ser eclesiais e podem ser vítimas de manipulação ideológica e política” (Santo Domingo, 61-63).

Aparecida (2007), num tom mais ameno e conciliador, fala das CEBs como “escolas que têm ajudado a formar cristãos comprometidos com sua fé [...] até o derramamento de sangue”, como “expressão visível da opção preferencial pelos pobres” e como “fonte e semente de variados serviços e ministérios”; afirma que elas “têm a Palavra de Deus como fonte de sua espiritualidade e a orientação dos pastores como guia que assegura a comunhão eclesial”, que, “juntamente com os grupos paroquiais, associações e movimentos eclesiais, podem contribuir para revitalizar as paróquias” e exorta ao “cuidado de não alterar o tesouro precioso da Tradição e do Magistério da Igreja” (Aparecida 178-180). Embora reconhecidas, as CEBs aparecem aqui como *um* dentre tantos “grupos, associações e movimentos” e não mais como “célula inicial da estrutura eclesial” como aparece em Medellín.

2. Reflexão teológico-pastoral

A reflexão teológico-pastoral na América Latina tem destacado alguns aspectos ou características que aparecem como fundamentais e determinantes desse modo de ser Igreja que são as comunidades eclesiais de base: vida comunitária, centralidade da Palavra de Deus, serviço aos pobres e compromisso com a transformação da sociedade, diversidade de carismas e ministérios e liturgia.

- a) Uma de suas marcas mais importantes é a *vida comunitária*. A comunidade é lugar privilegiado de vivência da fé e da missão evangelizadora: oração, vida fraterna, serviços aos pobres, anúncio do Evangelho. Ela possibilita relações de proximidade e solidariedade, desenvolve o senso afetivo e efetivo de pertença e corresponsabilidade e favorece o cultivo de carismas e ministérios. Ela faz dos muitos e diversos membros um só corpo. Na comunidade, todos são importantes, todos são sujeitos – cada um a seu modo, com seu carisma, como seu ministério. Todos se sentem Igreja: “povo de Deus”, “corpo de Cristo”, “templo do Espírito”. É na comunidade que a Igreja se concretiza e é através da comunidade que a Igreja se faz presente e atua no mundo.
- b) A comunidade vai se constituindo em torno da *Palavra de Deus* narrada na Escritura Sagrada (leitura e meditação da Bíblia) e atualizada na vida da comunidade (continuação da história narrada na Bíblia). Daí a centralidade da Bíblia. Ela liga nosso presente ao passado (Israel, Jesus, primeiras comunidades) e atualiza o passado em nosso presente (comunidade/sociedade). É o livro da caminhada: oração e ação. Aos poucos foi se desenvolvendo o que se convencionou chamar “leitura popular da Bíblia”: uma leitura comunitária da Bíblia (livro da comunidade) com o objetivo de escutar a Palavra de Deus no hoje da nossa vida (livro da vida). Não se trata apenas de estudar a Bíblia, mas de escutar e atualizar a Palavra de Deus na vida da comunidade.

- c) A vida comunitária e a leitura popular da Bíblia geram um dinamismo eclesial, centrado na *vivência do amor fraterno* que tem no *serviço aos pobres* e no *compromisso com a transformação da sociedade* seu critério e sua medida. Trata-se de uma volta ao Evangelho de Jesus que não está centrado em práticas religiosas, mas no mandamento do amor fraterno e no compromisso com os pobres e marginalizados. Isso se dá de muitas formas: cuidado dos doentes e idosos, socorro aos necessitados, partilha e solidariedade, organizações populares e lutas por direitos, política partidária etc. E, por sua dimensão sociopolítica, provocou muitos conflitos e custou caro a muitas comunidades e lideranças eclesiais: calúnias, perseguições e até o martírio...
- d) Outra marca fundamental desse jeito de ser Igreja é a diversidade de *carismas e ministérios*. Antes de tudo, é preciso destacar aqui a variedade de carismas e ministérios em torno da Palavra, do culto, da caridade e da animação ou coordenação. Seja de um modo mais organizado e formal, seja de um modo mais espontâneo e informal. Ademais, é preciso insistir na importância fundamental desses carismas e ministérios. Eles não são mera ajuda ou suplência ao ministério ordenado, mas são constitutivos da vida da Igreja. Tampouco são um privilégio, mas dons do Espírito para o bem da comunidade e sua missão. Junto com a dimensão comunitária da fé, as CEBs recuperam o caráter ministerial de toda a Igreja, tal como aparece nas primeiras comunidades cristãs.
- e) Por fim, a importância fundamental da *liturgia*. Não só por ser a ação mais frequente e que mais reúne os membros da comunidade, mas, sobretudo, por ser expressão privilegiada da Igreja, enquanto assembleia convocada, congregada e enviada pelo Senhor. Não há Igreja sem oração. E a celebração comunitária é expressão por excelência da Igreja. Daí a centralidade da liturgia, em suas várias formas e expressões, particularmente a liturgia eucarística, na vida das comunidades. Embora "não esgote toda ação da Igreja", a liturgia é "fonte e cume" da vida da Igreja. E essa ligação entre

liturgia e vida cristã é uma das marcas mais peculiares das CEBs. Há uma grande preocupação em não separar oração e ação e em articular vida e celebração.

Certamente, esses não são os únicos aspectos da vida das CEBs e sua vivência varia bastante de comunidade para comunidade e de região para região. E certamente pode variar bastante o modo de apresentar esses aspectos, a ênfase que se dá a cada um deles ou o modo que eles são articulados. Mas, em sua enorme variedade, as CEBs são um “jeito de ser Igreja” que se caracteriza pela vida comunitária, pela centralidade da Palavra de Deus, pelo serviço aos pobres e marginalizados e pelo compromisso com a justiça, pela diversidade de carismas e ministérios e por uma liturgia que expressa bem o vínculo entre culto e vida. Esses vários aspectos foram sendo identificados e destacados nos encontros de comunidades em nível paroquial, diocesano, regional e, sobretudo, nos grandes Encontros Intereclesiais de CEBs do Brasil que se tornaram lugar e ocasião privilegiados de expressão, reflexão, celebração, articulação e animação desse “novo jeito de ser Igreja”. Leonardo Boff chega a falar aqui de uma autêntica “eclesiogênese”, isto é, a gênese de uma “Igreja que nasce da fé do povo”.

3. Contexto atual

As CEBs são um jeito de ser Igreja que marcou decisivamente a vida da Igreja no Brasil e no conjunto da América Latina nas décadas de 1970 a 1980, mas que se tornou bastante marginal e até marginalizado no atual contexto eclesial. É verdade que se continua falando de CEBs na Igreja, inclusive nos documentos do CELAM e da CNBB. Mas, além da preferência institucional por outras nomenclaturas como “pequenas comunidades” ou “comunidades eclesiais missionárias” e das suspeitas, advertências e correções que normalmente acompanham ou estão por trás dessas falas, a perspectiva eclesial é bem outra: Por um lado, as CEBs já não aparecem mais como o “núcleo fundamental” ou a “célula inicial” da estrutura eclesial, mas como uma organização ou mesmo como um movimento entre outros. Por outro lado, e isso é ainda mais grave e determinante, impôs-se

uma compreensão de missão ou evangelização de caráter marcadamente religioso e doutrinal que, embora não negue explicitamente, na prática, aos poucos, vai relativizando e mesmo prescindindo do envolvimento da Igreja com os problemas sociais e do compromisso com os pobres e a justiça social. Fato é que predomina atualmente um dinamismo eclesial muito mais clerical, devocional e sacramentalista, onde o que menos conta é a vida comunitária e o compromisso com a transformação da sociedade. Grande parte das comunidades foi se reduzindo a culto, doutrina e dízimo, quando não foi reduzida a fonte de sustentação da estrutura paroquial. E isso, apesar dos documentos da CNBB insistirem na renovação da paróquia como "comunidade de comunidades" e na prioridade das "pequenas comunidades eclesiais missionárias", bem como de todo o esforço do Papa Francisco por uma renovação sinodal missionária da Igreja. Em todo caso, de modo marginal e até marginalizado, as CEBs continuam presentes e atuantes na Igreja e na sociedade como "fermento", "sal" e "luz" do Evangelho da fraternidade, da justiça e da paz anunciado por Jesus.

ENCONTROS INTERECLESIAIS DAS CEBs²

Nascidas no contexto da renovação eclesial, desencadeada pelo Concílio Vaticano II (1962-1965) e sua recepção criativa na América Latina a partir da Conferência de Medellín (1968), as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) marcaram decisivamente o processo de renovação da Igreja no Brasil e desempenharam um papel social fundamental na resistência à ditadura militar e nas lutas por direitos no campo e na cidade.

O que na década de 1960 emergia como experiências pontuais e isoladas em diferentes cantos do país, ganha força e projeção ao ser assumido institucionalmente no Plano de Pastoral de Conjunto da CNBB (1966-1970) e na Conferência de Medellín (1968) e se consolida na década de 1970 com sua multiplicação pelo Brasil afora e, sobretudo, com os Encontros Intereclesiais de CEBs. Eles tiveram um papel decisivo no processo de gestação e articulação do que se reconheceu como um “novo jeito de ser Igreja”, cujas características mais importantes são a vida comunitária, a centralidade da Palavra de Deus, as orações e celebrações, o protagonismo laical, a variedade de carismas e ministérios, a ligação fé e vida, o compromisso com os pobres e a justiça social.

Os Intereclesiais nasceram da necessidade de partilha, reflexão e articulação de experiências vividas em muitas comunidades, paróquias e dioceses e se tornaram ocasião e fator fundamental de consolidação e animação desse “novo jeito de ser Igreja”. A ideia do primeiro encontro nasceu de uma conversa informal na praia entre Dom Luís Gonzaga Fernandes (bispo auxiliar de Vitória – ES) e Eduardo Hoornaert (historiador) em janeiro de 1974. Sobre essa intuição primeira, recorda Dom Luís Fernandes: “Por que não fazer uma reunião das CEBs que estão surgindo por esse Brasil afora: Não um encontro nacional, mas um bate-papo entre amigos, entre igrejas que estão tendo uma caminhada parecida. Quando a gente se reuniu naquele janeiro de 1975, ninguém podia imaginar a dimensão que esses encontros iriam tomar”.

² Publicado originalmente em: DI FIORI, André Gustavo; SOUZA, Ney de; FERREIRA, Reuberson. *Dicionário do catolicismo no Brasil*. São Paulo: Recriar, 2024, p. 334-338.

A história dos Intereclesiais é inseparável da história das CEBs que, por sua vez, é inseparável do contexto sociopolítico e eclesial mais amplo. Embora não possamos fazer uma apresentação mais ampla desses encontros em seu contexto socio-eclesial e em suas características mais peculiares, convém ao menos indicar algumas informações básicas sobre cada um desses encontros:

- O 1º aconteceu em Vitória – ES (1975) e teve como tema “Uma Igreja que nasce do povo pelo Espírito de Deus”. Participaram cerca de 70 pessoas de 12 estados. O objetivo era “delinear o perfil e descobrir as características futuras da Igreja nova que nasce no meio do povo, principalmente através das comunidades eclesiais de base”. É o despertar de uma nova consciência eclesial: “Igreja que nasce do povo”;

- O 2º aconteceu também em Vitória – ES (1976) e teve como tema “Igreja, povo que caminha”. Participaram cerca de 100 pessoas, representando 24 dioceses de 17 estados. Há uma maior participação de lideranças de comunidades. Destaque para as lutas por libertação e a expressão “caminhada” na linguagem eclesial;

- O 3º aconteceu em João Pessoa – PB (1978) e teve como tema “Igreja, povo que se liberta”. Participaram cerca de 200 pessoas de 47 dioceses, em sua grande maioria gente da base. Destaque para a “irrupção dos pobres”, a participação popular, as lutas por libertação e a reflexão teológica sobre as CEBs (eclesiologia);

- O 4º aconteceu em Itaici SP (1981) e teve como tema “Igreja, povo oprimido que se organiza para a libertação”. Participaram cerca de 280 pessoas de 71 dioceses de 18 estados. Destaque para participação dos cristãos nas lutas e organizações populares e político-partidária, relação CEBs e organização popular e partidária;

- O 5º aconteceu em Canindé CE (1983) e teve como tema “CEBs: povo unido, semente de uma nova sociedade”. Participaram cerca de 500 pessoas de 134 dioceses de quase todos os estados. Destaque para a dimensão nacional das CEBs e para o compromisso evangélico com as lutas pela transformação da sociedade;

- O 6º aconteceu em Trindade GO (1986) e teve como tema "CEBs: povo de Deus em busca da terra prometida". Participaram 1.647 pessoas. Destaque para a constituição da Ampliada Nacional, para o caráter massivo e mais celebrativo do encontro e para a reflexão sobre o estatuto eclesiológico das CEBs como "novo jeito de ser Igreja";

- O 7º aconteceu em Duque de Caxias RJ (1989) e teve como tema "CEBs: povo de Deus na América Latina a caminho da libertação". Participaram 2.550 pessoas. Destaque para a dimensão ecumênica (120 pessoas de 12 Igrejas) e latino-americana (83 pessoas de 19 países), a eleição presidencial e a candidatura de Lula;

- O 8º aconteceu em Santa Maria RS (1992) e teve como tema "CEBs: culturas oprimidas e evangelização na América Latina". Participaram 2.238 pessoas. Destaque para o tema das culturas oprimidas, da inculturação, do diálogo inter-religioso e para as tensões em torno da identidade do estatuto dos intereclesiais;

- O 9º aconteceu em São Luís MA (1997) e teve como tema "CEBs: vida e esperança nas massas". Participaram 2.800 pessoas. Destaque para a identidade católica com abertura ecumênica e inter-religiosas dos Intereclesiais e para os temas: catolicismo popular, pentecostalismo, relação CEBs, movimento popular e cultura de massas;

- O 10º aconteceu em Ilhéus BA (2000) e teve como tema "CEBs: povo de Deus, 2000 anos de caminhada". Participaram 3.036 pessoas. Destaque para a memória (2000 anos de cristianismo, 500 anos de evangelização no Brasil, 25 de Intereclesiais) e para as tensões na Igreja (RCC, clero, ecumenismo etc.);

- O 11º aconteceu em Ipatinga MG (2005), tendo como tema "CEBs, espiritualidade libertadora" e como lema "Seguir Jesus no compromisso com os excluídos". Participaram 3.806 pessoas. Destaque para o tema da "espiritualidade libertadora" no compromisso com os excluídos;

- O 12º aconteceu em Porto Velho RO (2009), tendo como tema "CEBs, ecologia e missão" e como lema "Do ventre da terra, o grito que vem da

Amazônia". Participaram 3.010 pessoas dos 26 estados e Distrito Federal. Destaque para os temas ecologia, Amazônia, biomas e para a participação de 38 povos indígenas;

- O 13º aconteceu em Juazeiro do Norte CE (2014) e teve como tema "Justiça e profecia a serviço da vida" e como lema "CEBs, romeiras do Reino no campo e na cidade". Participaram 4.036 pessoas. Destaque para contexto de romaria, para os profetas e mártires da caminhada e para a mensagem do Papa Francisco ao Intereclesial;

- O 14º aconteceu em Londrina PR (2018), tendo como tema "CEBs e os desafios do mundo urbano" e como lema "Eu vi e ouvi os clamores do meu povo e desci para libertá-lo". Participaram 3.300 pessoas. Destaque para os desafios sociais e eclesiais do mundo urbano, regido pela lógica da segregação e exclusão socioespacial;

- O 15º aconteceu em Rondonópolis MT (2023) e teve como tema: "CEBs – Igreja em saída na busca de vida plena para todos e todas" e como lema: "Vejam! Eu vou criar Novo Céu e uma Nova Terra". Participaram 1.023 pessoas. Destaque para a reforma eclesial com o Papa Francisco e para o ambiente de polarização política e eclesial;

- O 16º acontecerá em Cachoeiro de Itapemirim (2027), voltando ao ES, cinquenta anos depois daquele primeiro e fecundo encontro em Vitória em 1975. Terá como tema "CEBs: caminhando com as juventudes, na alegria do Evangelho, a serviço do Reino" e como lema: "Levanta-te, brilhe, pois chegou a tua luz".

Uma visão retrospectiva dos Encontros Intereclesiais das CEBs permite identificar e destacar aspectos e características comuns a todos eles: expressão e busca de uma Igreja popular-libertadora, comprometida com as lutas populares; dinâmica partilha-reflexão-celebração; método ver-julgar-agir; caráter celebrativo; diversidade de sujeitos eclesiais: lideranças de comunidade e de pastoral, religiosos/as, ministros ordenados; caráter ecumênico e inter-religioso; temas em sintonia com o contexto socio-eclesial etc.

Mas permite identificar também mudanças importantes na configuração e na dinâmica dos encontros: a) protagonismo das bases: tímido nos dois primeiros, crescente e relevante a partir do terceiro, discreto ou menos visível nos últimos; b) de encontros menores e mais reflexivos, vai se tornando encontros massivos e mais celebrativos; c) sintonia com os contextos socio-eclesiais; d) novos temas e sujeitos socio-eclesiais: mulher, índio, negro, ecumenismo, diálogo inter-religioso, ecologia, diversidade sexual; e) de um maior protagonismo da assessoria nos primeiros encontros a uma atuação mais modesta e pontual, sobretudo no último; f) se a identificação dos representantes de base com esse “novo jeito de ser Igreja” era muito mais clara e convicta, nos últimos encontros isso aparece de modo bastante complexo, diluído e até ambíguo.

Nunca é demais insistir na importância fundamental desses encontros na vida das CEBs. É claro que o cotidiano das comunidades tem um ritmo e uma dinâmica muito diferentes desses grandes encontros. O rosto de uma Igreja popular-libertadora não aparece aí com tanta clareza e força como nos Intereclesiais. E essa distância é ainda mais forte hoje, quando predomina um modelo de Igreja devocional, sacramentalista e clerical. Mas aqui, precisamente, residem a importância e a força desses encontros. Eles recolhem experiências e práticas vividas em muitos lugares, destacam sua densidade evangélica e suas potencialidades sociais e eclesiais, dão visibilidade a esses processos e se constituem como espaço e ocasião de partilha, reflexão, celebração, animação e articulação da caminhada. São tanto um “ponto de chegada” (expressão/celebração) como um “ponto de partida” (animação/articulação) desse “novo jeito de ser Igreja”. E se constituem, cada vez mais, como grande encontro da Igreja popular-libertadora no Brasil.

ESPIRITUALIDADE DAS CEBs³

O 11º Encontro Intereclesial das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) do Brasil aconteceu na Diocese de Itabira e Coronel Fabriciano – MG, em julho de 2005. O tema desse encontro foi “CEBs: Espiritualidade libertadora” e o lema foi “Seguir Jesus no compromisso com os excluídos”.

Espiritualidade tem sido uma das palavras mais usadas na Igreja nos últimos tempos. Todo mundo fala disso. É como se fosse o ponto de encontro de todas as pessoas e de todos os grupos na Igreja. Mas será que quando se fala de espiritualidade, fala-se sempre da mesma “coisa”? O que é mesmo espiritualidade? Qual a espiritualidade das Comunidades Eclesiais de Base? Para conhecermos verdadeiramente as CEBs, precisamos conhecer sua espiritualidade e para conhecermos verdadeiramente a espiritualidade das CEBs, precisamos conhecer seu jeito de ser Igreja. Há uma relação muito estreita entre a espiritualidade e o jeito de ser Igreja das CEBs. Seu jeito de ser Igreja é sua espiritualidade encarnada e esculpida.

1. Nossa espiritualidade

Falar de espiritualidade é falar da experiência do espírito – falar do que ele faz em nós e de nós e do que nós fazemos nele e com ele. Neste sentido, a espiritualidade não pode ser entendida como algo que se opõe ou nega nossa vida. Pelo contrário. Ela diz respeito a “um jeito” de viver a vida no e com espírito.

Quando falamos de espiritualidade cristã, falamos da experiência do Espírito de Jesus Cristo – do que Ele faz em nós e de nós e do que nós fazemos n’Ele e com Ele no dia-dia de nossa vida. O mesmo Espírito que fez de Jesus de Nazaré o Cristo (ungido, messias) é o que faz de nós

³ Publicado originalmente na Revista *Grande Sinal* 58 (2004), p. 557-563. E publicado posteriormente em: AQUINO JÚNIOR, Francisco de. *Viver segundo o espírito de Jesus Cristo: Espiritualidade como seguimento*. São Paulo: Paulinas, 2014, p. 39-45.

cristãos (ungidos, messias). Por isto, para sabermos se o espírito que age em nós e no qual e com o qual agimos é o mesmo Espírito que agiu em Jesus e no qual e com o qual ele agiu, precisamos ver se ele faz em “nossa carne” (vida) o que fez na “carne” (vida) de Jesus (1Jo 4, 2s).

a) Encarnação

O Espírito não tirou Jesus do mundo nem o distanciou dos problemas do seu tempo. Quanto mais Jesus orava, quanto mais estava unido ao Pai e ao seu Espírito, mais se interessava pela vida de seu povo, sobretudo dos pobres e dos marginalizados. É por isso que ao confessarmos Jesus como Palavra de Deus, o confessamos como Palavra encarnada: “E a Palavra se fez carne e acampou entre nós” (Jo 1, 14). E Palavra encarnada no mundo dos pobres: “tomou a condição de escravo” (Fl 2, 7). Qualquer espírito que nos desencarne do mundo, do mundo dos pobres, é espírito do anti-cristo (1Jo 4, 3). Uma espiritualidade que nos distancie da realidade, das pessoas, de seus problemas... não é espiritualidade cristã. A primeira característica da espiritualidade cristã é, portanto, a encarnação e encarnação no mundo dos pobres: participação na sua vida, nos seus problemas, nas suas lutas, nos seus fracassos e nas suas vitórias.

b) Missão

Mas além de levar Jesus a se encarnar no mundo dos pobres, o Espírito confiou uma missão muito concreta a Jesus: “O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me ungiu para que dê a boa notícia aos pobres; enviou-me para anunciar a liberdade aos cativos e a visão aos cegos, para pôr em liberdade os oprimidos e para proclamar o ano da graça do Senhor” (Lc 4, 18-19). O Espírito não nos desresponsabiliza do mundo. Pelo contrário. Temos a missão de salvar o mundo. E salvá-lo de todas as formas de pecado: egoísmo, injustiça, opressão, discriminação, pobreza, riqueza... Uma espiritualidade que faz com que a gente não se preocupe com as coisas desse mundo, com a vida e a morte dos pobres, não é espiritualidade cristã. Se Jesus, ungido por Deus com o Espírito Santo, passou neste mundo fazendo o bem (At 10, 38): curando doentes, libertando dos espíritos maus, acolhendo pecadores, sentando-se à mesa

com pessoas de má fama; seus seguidores, ungidos com o mesmo Espírito, devem fazer o mesmo. Esta é a segunda característica da espiritualidade cristã: salvação/libertação do mundo.

c) Cruz

Encarnar-se no mundo dos pobres e encarregar-se dele não é nada fácil nem tranquilo. Nosso mundo é um mundo dividido entre pobres e ricos, opressores e oprimidos... E nele a gente sempre está de um lado. Não existe neutralidade. Estar de um lado significa estar em conflito com o outro. Jesus viveu permanentemente em conflito. Foi um homem em conflito. Estar do lado do pobre, do órfão, da viúva e do estrangeiro significou estar em conflito com os ricos e poderosos políticos e religiosos. O conflito foi tão grande que chegou à cruz. Ele foi assassinado! E ainda hoje é do mesmo jeito: Ficar do lado dos trabalhadores das indústrias em nossa região (Delmont, Dakota, AGABÊ, Compescal...) significa estar em conflito com os donos dessas indústrias; ficar do lado das comunidades pobres atingidas pela Barragem Castanhão significa estar em conflito com os grandes empresários e produtores que realmente se beneficiarão do Castanhão; ficar do lado das comunidades pesqueiras significa estar em conflito com os grandes "produtores" e exportadores de camarão; ficar do lado dos agricultores assentados significa estar em conflito com a política agrícola empresarial que faz com que os grandes empresários se apropriem dos projetos de irrigação (Jaguaribe Apodi e Tabuleiro de Russas); defender a dignidade das mulheres significa estar em conflito com as pessoas machistas... O conflito é uma consequência da missão: "Se me perseguiram, também a vós perseguirão" (Jô 15, 20). Estar bem e em paz com os exploradores e opressores do povo é sempre um sinal de infidelidade à missão. O conflito por causa da vida e da dignidade dos pobres é a terceira característica da espiritualidade cristã.

d) Ressureição

Quem se deixa conduzir pelo Espírito do Pai, encarnando-se no mundo dos pobres e encarregando-se dele, não obstante o conflito, a perseguição e até mesmo a morte, como Jesus, participa, já, aqui e agora, da vida do

Espírito. Vive em Deus. Conhece a Deus. Está na Vida Eterna que é a vida do Eterno (Jo 17, 3). Vive do e no Ressuscitado – como ressuscitado. Nem o conflito, nem a perseguição, nem a morte são um limite intransponível para a comunhão com Deus. A ressurreição, como expressão máxima da comunhão de Jesus com o Pai, na vida e na morte, é a garantia e a certeza que temos do caminho de Jesus. É por isso que se dizia na mensagem final do 9º Intereclesial das CEBs em São Luis do Maranhão (1997): “Vida vivida como Jesus é vida vitoriosa, mesmo se crucificada”. E esta é a quarta característica da espiritualidade cristã: vivendo como Jesus (encarnação, missão, cruz), vivemos em Deus (ressurreição).

Essa é a espiritualidade cristã e, portanto, a espiritualidade das Comunidades Eclesiais de Base: a experiência do Espírito de Jesus Cristo que nos faz um com Ele, seu corpo vivo e atuante na história.

Na perspectiva cristã, uma pessoa ou uma comunidade é mais ou menos espiritual na medida em que deixa o Espírito de Jesus agir em sua vida e na medida em que vive e age de acordo com esse mesmo Espírito. Espiritual, portanto, não é quem pratica muitas “obras [ditas] espirituais” (terço, novena, missa, adoração, caminhada, promessa, louvor, jejum...), mas quem vive como Jesus viveu: “Religião pura e irrepreensível aos olhos de Deus Pai consiste em cuidar de órfãos e viúvas em suas necessidades e em não deixar-se contaminar pelo mundo” (Tg 1, 27)!

2. Nosso jeito de ser Igreja

É a experiência do Espírito de Jesus Cristo que vai formando e moldando as Comunidades Eclesiais de Base. O Espírito vai fazendo a Igreja de um jeito, de um modo. E a Igreja vai nascendo como carne (encarnação) do Espírito, como seu corpo na história. Se não podemos falar das CEBs sem falar de sua espiritualidade, também não podemos falar da espiritualidade das CEBs sem falar de seu jeito de ser Igreja:

a) Comunidade

As CEBs não são apenas punhados de gente ou aglomerados de pessoas.

São comunidades. Nelas, todos os seus membros são importantes. Todos participam. Aqui não é o “cada um por si”. A regra é “um por todos e todos por um”. O que faz a comunidade é a vida em comum. Nela, a gente estar unido uns aos outros. Os outros fazem parte da minha vida e eu faço parte da vida dos outros. O que acontece com os outros, de algum modo, acontece comigo. A comunidade ajuda a gente a enfrentar e a romper com o egoísmo, a pensar nos outros e a viver para os outros. Ninguém é feliz sozinho. A felicidade só possível na convivência, na solidariedade, na comunhão fraterna.

b) Eclesial

É o Espírito de Jesus Cristo que reúne as pessoas e forma a comunidade. As CEBs são comunidades eclesiais. São Igreja de Jesus Cristo, seu corpo vivo e operante na história. E enquanto Igreja de Jesus Cristo vive como ele viveu: encarnada no mundo dos pobres, encarregada (de cuidar) da vida dos pobres, carregando sua cruz (conflito, perseguição, morte) e, assim, participando da vida e condição divinas – sendo “Corpo de Cristo”. Numa palavra, as CEBs são comunidades de seguidores e seguidoras de Jesus Cristo. É o seguimento que faz a comunidade eclesial. Nela, Jesus Cristo continua presente e atuante no mundo.

c) Base

As CEBs são a Igreja da base. Base significa, aqui, duas coisas: 1) o chão, o alicerce, a “célula inicial”, o “primeiro e fundamental núcleo eclesial” (Medellín 15, III, A, 1); 2) a “Igreja dos pobres” (João XXIII), a “expressão do amor preferencial da Igreja pelo povo simples” (Puebla 643). A Igreja da base é, portanto, constituída por pequenas comunidades de pobres e de pessoas solidárias aos pobres que estão a serviço dos pobres. Nas palavras do teólogo Clodovis Boff, “à irrenunciável ‘opção preferencial pelos pobres’ em nível de sociedade corresponde a ‘opção preferencial pelas CEBs’ em nível de constituição da Igreja”.

CEBs são, portanto, um *jeito de ser Igreja*, caracterizado pelo comum (comunidade) seguimento de Jesus Cristo (eclesial) a partir e a serviço

dos pobres (base). Esse jeito de ser Igreja é fruto da *experiência do Espírito de Jesus Cristo* (espiritualidade) que faz a comunidade eclesial se encarnar no mundo dos pobres, na base (encarnação), encarregar-se da vida dos pobres (missão), apesar dos conflitos e das perseguições (cruz) e, desta forma, participar da vida e da condição divinas (ressurreição). É o seguimento de Jesus Cristo (espiritualidade) que configura a Igreja como Comunidade Eclesial de Base (jeito de ser Igreja). E é nesse jeito de ser Igreja que o Espírito de Jesus Cristo toma corpo e prossegue, vivo e atuante, na história. O Espírito Santo é “alma” das CEBs e as CEBs são o “corpo” em que a Palavra de Deus, através do Espírito Santo, continua se fazendo carne e atuando neste mundo.

Em síntese, falar da espiritualidade das CEBs é falar de sua experiência do Espírito de Jesus Cristo: falar do que Ele faz em nossa Igreja e de nossa Igreja e do que nossa Igreja faz (ou não) nEle e com Ele.

MÁRTIRES DA CAMINHADA: TESTEMUNHAS DA ESPERANÇA⁴

Nos dias 18-19 de julho de 2026 teremos Romaria dos Mártires da Caminhada em Ribeirão Cascalheira – MT, Prelazia de São Félix do Araguaia, terra do profeta Pedro Casaldáliga, celebrando os 50 anos do martírio do padre João Bosco Burnier. Ele foi assassinado em 1976, quando intercedia com o bispo Pedro pela libertação de Margarida e Santana que estavam sendo torturadas na delegacia local. Aí foi construído o Santuário dos Mártires da Caminhada Latino-americana, onde se celebra a memória de seu martírio e do martírio de tanta gente comprometida com as causas e as lutas de libertação de nosso povo: “Vidas pela vida”! “Vidas pelo Reino”! “Vidas pelo Reino da vida”! “Testemunhas do Reino”! “Profetas do Reino”! “Tudo pelo Reino”! “Testemunhas da esperança”!

O compromisso evangélico da Igreja latino-americana com os pobres, oprimidos e marginalizados e suas lutas por libertação tem levado à perseguição e ao assassinato de muita gente: animadoras/es de comunidades e agentes de pastoral; religiosas/os, padres e bispos; lideranças indígenas, quilombolas e camponesas; militantes de organizações e movimentos populares. Em sua imensa maioria, gente de fé, gente de Igreja, gente que busca ser fiel ao Evangelho de Jesus Cristo na luta pelos direitos humanos, pela justiça socioambiental, pelo cuidado da casa comum. Pessoas assassinadas, não apenas por se declararem cristãs, mas por viverem o mandamento do amor até as últimas consequências, lutando para que “todos tenham vida e a tenham em abundância” (Jo 10,10).

Essa situação obrigou a repensar e alargar a compreensão de martírio na Igreja. Historicamente, o martírio está mais ligado a contextos, onde predominam outras tradições religiosas, onde a fé cristã é proibida ou

⁴ Publicado no site da *Irmandade dos Mártires da Caminhada* (26/01/2026): <https://irmandade-dosmartires.com.br/martires-da-caminhada-testemunhas-da-esperanca/>

apenas tolerada, onde há muitas restrições e até perseguição à Igreja. Isso levou a uma associação e quase identificação entre martírio e "ódio à fé" (*odium fidei*): Mártir é aquele/a que é assassinado/a por "ódio à fé" e por inimigos da fé e da Igreja. Mas a situação vivida na América Latina nas últimas décadas é muito diferente. Primeiro, porque se trata de um continente, no qual a imensa maioria do povo se declara cristã-católica. Segundo, porque o martírio não é provocado direta e explicitamente por "ódio à fé" (por causa da confissão de fé), mas por "ódio" às exigências ou consequências da fé (por causa da vivência da fé); nem é executado por inimigos declarados da Igreja (outras religiões ou ateus), mas por pessoas que se declaram cristãs-católicas. É uma situação muito paradoxal: cristãos perseguidos por "cristãos" por causa da vivência da fé, por fidelidade ao Evangelho.

O caso mais emblemático aqui é sem dúvida o bispo salvadorenho Oscar Romero, assassinado em plena celebração eucarística no dia 24 de março de 1980: difamado e caluniado pela elite católica (fazendeiros, militares, imprensa etc.) e até por setores da Igreja, "abandonado por [seus] próprios irmãos de báculo e mesa" (Pedro Casaldáliga), assassinado por pessoas que se diziam cristãs-católicas. O Papa Francisco chamou atenção para um fato importante: "O martírio de D. Romero não teve lugar unicamente no momento da sua morte; tratou-se de um martírio-testemunho, de um sofrimento anterior, de uma perseguição precedente, até à sua morte. Mas também posterior porque, depois de morto ele foi difamado, caluniado, desonrado, isto é, o seu martírio continuou até por parte dos seus próprios irmãos no sacerdócio e no episcopado", acrescentando: "não são coisas que me contaram, mas ouvi-as eu pessoalmente". E Oscar Romero é apenas expressão emblemática de uma grande "nuvem de testemunhas" (Hb 12,1), uma multidão de homens e mulheres que foram fiéis até fim, derramando o sangue, entregando a própria vida no cuidado e na defesa da vida, que é o dom maior que Deus nos deu e a missão primeira e mais importante que ele nos confiou.

Jon Sobrino, jesuíta espanhol-salvadorenho, testemunha de tantos martírios, ele próprio um mártir-sobrevivente, é o teólogo que mais

refletiu sobre o martírio na América Latina, aprofundando e alargando sua compreensão na Igreja: “Mártir não é só nem principalmente o que morre *por* Cristo, mas o que morre *como* Jesus; mártir não é só nem principalmente o que morre *por causa* de Cristo, mas o que morre *pela causa* de Jesus [...]”. O essencial do martírio está na afinidade com a morte de Jesus”: no como e no porque da morte. Nossos mártires não são mártires simplesmente por se declararem cristãos ou por defenderem interesses ou privilégios institucionais da Igreja, mas por causa da fidelidade ao Evangelho do Reino que é boa notícia para os pobres e marginalizados. Em sentido estrito, “não são martires *da* Igreja, embora [em sua grande maioria] vivam e morram *na* Igreja, mas mártires do Reino de Deus, da humanidade”.

O Documento de Aparecida recorda com gratidão o “testemunho valente” daqueles/as que “viveram com radicalidade o Evangelho e ofereceram sua vida por Cristo, pela Igreja e por seu povo” na América Latina e no Caribe: “Seu empenho em favor dos mais pobres e sua luta pela dignidade de cada ser humano tem ocasionado, em muitos casos, a perseguição e inclusive a morte de alguns de seus membros, os quais consideramos testemunhas fiéis” (n. 98). O Documento Final do Sínodo da Amazônia chega a afirmar que “uma das páginas mais gloriosas da Amazônia foi escrita pelos mártires” e “reconhece com admiração aqueles que lutam, arriscando suas próprias vidas, para defender a existência desse território” (n. 16). Foi bonito ver estampado na sala sinodal o rosto de tantos/as mártires da caminhada: Romero, Ezequiel, Josimo, Marçal, Simão Bororo, Chico Mendes, Vicente Cañas, Adelaide, Cleusa, Dorothy etc. E, mais recentemente, falando dos mártires do nosso tempo, daqueles “que pagam com a vida a fidelidade ao Evangelho, o compromisso com a justiça, a luta pela liberdade religiosa onde ela ainda é violada, a solidariedade com os mais pobres”, o Papa Leão XIV recordou Ir Dorothy Stang, “empenhada na causa dos sem-terra na Amazônia”.

Tudo isso mostra como a realidade do martírio na América Latina nas últimas décadas alargou e enriqueceu a compreensão do martírio na Igreja: não apenas por “ódio à fé”, mas também e sobretudo por “ódio à

justiça”, compreendendo que “no evidente ‘ódio à justiça’ está implícito, mas muito realmente presente, o ‘ódio à fé’” (Jon Sobrino). Oscar Romero, por exemplo, não foi assassinado apenas porque professava a fé cristã e era bispo (ódio à fé/Igreja), mas porque viveu com fidelidade o Evangelho de Jesus Cristo, denunciando as injustiças, defendendo os pobres, apoiando suas lutas por libertação (ódio aos pobres, à justiça, ao bem comum). É outra forma de martírio, como bem reconhece e expressa Leão XIV: daqueles/as “que pagam com a vida a fidelidade ao Evangelho, o compromisso com a justiça, a solidariedade com os mais pobres”. São mártires da justiça do Reino. São mártires da caminhada de libertação...

A memória dos mártires da caminhada ocupa um lugar muito importante na Igreja latino-americana, sobretudo nos setores eclesiais mais vinculados às lutas e organizações populares. Ela se dá em romarias, vigílias e celebrações; hinos, painéis, camisetas, bonés e memoriais; dando nome a ocupações, assentamentos, organizações, comunidades, centros, escolas, ruas etc. E acontece de modo muito particular no já consagrado ritual de memória: Presente! Presente! Presente! Não se trata simplesmente de uma lembrança do passado (um herói morto!), mas da confirmação e atualização em nossas vidas de seu compromisso com as causas e lutas populares (um companheiro vivo e presente na caminhada!). Nunca se pode separar um mártir da causa e do povo por quem deu a vida. Nem se pode separar a memória dos mártires das lutas atuais por libertação. Daí a força profética da memória dos mártires da caminhada, confirmando e animando as lutas por direitos e por justiça em nosso tempo. Os mártires estão vivos e presentes nas lutas do povo, como dizia Oscar Romero, pouco antes de seu martírio: “Se me matam ressuscitarei no povo salvadorenho”! Não sem razão dizia Tertuliano († 220) que o sangue dos mártires é “semente” de novos cristãos. E não sem razão dizia Pedro Casaldáliga († 2020) que “não há nada mais subversivo que o cadáver de um mártir”.

O martírio e sua memória são sinal e fonte de esperança para os pobres, oprimidos e marginalizados: a) expressão de solidariedade e companhia com as vítimas de injustiça; b) um grito de denúncia das injustiças do

passado e do presente; c) sinal de resistência e confirmação das lutas por direito e justiça socioambiental em nosso tempo. Isso alimenta e mobiliza a esperança de um mundo melhor. Isso desencadeia processos e caminhos de esperança na sociedade. Isso faz de nós testemunhas e peregrinos da Esperança: de esperança em esperança, sempre a caminho... "Esperança do verbo esperar": ativa, militante, em combate – ferida, cansada, muita vezes, mas nunca derrotada! Esperança testada e regada com sangue martiral! Esperança Pascal!

Com os mártires da caminhada, sejamos *testemunhas da esperança!*

Esperancemos o mundo na *solidariedade e nas lutas por direitos!*

IGREJA NA CIDADE: LUGAR E FERMENTO DE FRATERNIDADE⁵

Vivemos em sociedades urbanas. A grande maioria da população (sobre)vive em cidades de médio e grande porte. Quando falamos de cidade ou de mundo urbano, falamos de uma *forma de organização social do espaço* que, por sua vez, produz um *modo ou estilo de vida*. O grande paradoxo da cidade é que se, por um lado, ela aparece como lugar de possibilidade de vida (trabalho, saúde, educação, lazer, encontro, liberdade, novidade etc.), por outro lado, ela se configura como um lugar onde essas possibilidades são negadas a uma grande parte da população (desemprego, falta de moradia, serviços sociais precários ou ausência deles, discriminação, violência, solidão etc.). A desigualdade socioespacial é a característica mais determinante do processo de urbanização de nossas sociedades. Isso produz um ambiente de frustração, angústia, desespero e violência generalizada, cuja consequência mais visível e trágica são os altos índices de homicídio entre a população pobre e negra das periferias. Frente a essa situação de violência pandêmica, o Estado reage com mais violência através uma política de criminalização e encarceramento massivo da população pobre e negra das periferias.

Enquanto “sacramento de salvação” ou “sinal e instrumento do reinado de Deus”, a Igreja deve ser na cidade lugar e fermento de fraternidade. Deve ser um espaço onde se experimenta a fraternidade e onde se aprende a viver como irmãos (lugar de acolhida, encontro, compaixão, solidariedade, diálogo, perdão etc.). E sua missão fundamental é contagiar e fermentar o mundo com esse modo de vida fraterna. Daí o duplo caráter profético que a Igreja pode e deve exercer na cidade: ser lugar/sinal de fraternidade e ser mediação/instrumento de fraternidade. Nisso residem simultânea e inseparavelmente sua identidade mais profunda e sua missão fundamental.

⁵ Publicado no *Portal das CEBs* (04/02/2021): <https://portaldascebs.org.br/igreja-na-cidade-lugar-e-fermento-de-fraternidade-por-francisco-de-aquino-junior/>

Se a fraternidade é a característica e a missão fundamental da Igreja em todos os tempos e lugares, a desigualdade socioespacial, a violência generalizada, o anonimato e a solidão que caracterizam nossas cidades tornam a fraternidade ainda mais necessária e urgente em nosso mundo. São os dois pontos ou momentos de nossa reflexão.

1. Desigualdade socioespacial, violência, solidão e desespero

Falar da cidade ou do mundo urbano é falar de uma forma de *organização social do espaço* (geografia, estruturas, economia, política, religião, meios de comunicação social, entidades sociais etc.) que, por sua vez, produz um *modo ou estilo de vida* muito peculiar (ritmo/rotina, relações, valores, cosmovisões etc.). Trata-se de uma realidade complexa e dinâmica, constituída por uma multiplicidade de elementos, aspectos, processos, relações e instituições em tensões, interações e conflitos.

Não podemos fazer aqui uma abordagem ampla da cidade que contemple seus vários elementos, aspectos e processos. Queremos simplesmente destacar três traços ou características de nossas cidades que tornam ainda mais relevante e urgente a missão da Igreja de ser lugar e fermento de fraternidade.

a) Desigualdade socioespacial

A característica mais marcante do processo de urbanização de nossa sociedade e/ou de construção e gestão de nossas cidades é o que algumas urbanistas brasileiras têm chamado de “desigualdade socioterritorial” (Raquel Rolnik) ou “segregação territorial” (Ermínia Maricato). Trata-se de uma forma de ocupação e organização social do espaço que oferece e garante um conjunto de equipamentos, serviços e possibilidades para um setor privilegiado da sociedade, ao mesmo tempo em que nega ou precariza esses equipamentos, serviços e possibilidades para a grande maioria da população. É um modelo de “urbanização desigual”, pensado e gerido em função do capital e que segrega grande parte da população, excluindo-a dos bens, serviços e possibilidades da cidade. Seu resultado

é uma cidade para poucos; uma cidade na qual a exclusão/segregação social é a forma habitual de inclusão/integração de grande parte da população.

É importante não esquecer que o processo de urbanização de nossas sociedades se deu no contexto e/ou em função do processo de industrialização que se desenvolveu na Europa a partir da segunda metade do século XVIII. Uma parcela cada vez maior da população vai se concentrando em torno ou nos arredores das fábricas em condições muito precárias ou mesmo subumanas. Assim vão nascendo e/ou crescendo as cidades modernas: em função do capital (fábrica/serviços) e de forma segregadora (centro/elite X periferia/pobres). Na Europa, a organização e as lutas da classe operária levaram à conquista de um conjunto de direitos trabalhistas e sociais que resultou num processo significativo de democratização das cidades. Entre nós, não obstante conquistas sociais importantes, o modelo de “urbanização desigual” manteve-se praticamente inalterado, sem universalização de serviços básicos e com aumento e aprofundamento da segregação socioespacial. Basta ver a situação das periferias de nossas cidades e o aumento da população em situação de rua nos grandes centros urbanos.

b) Violência pandêmica

No contexto mais amplo da desigualdade socioespacial que caracteriza nossas cidades está um fenômeno novo, tipicamente urbano, conhecido como “violência urbana”. Suas formas são diversas: furtos, tiroteios, homicídios, gangues, tráfico, milícias, violência policial, agressão no trânsito, espancamento de moradores de rua, negros e população LGBT, feminicídio, *fake news* e milícias digitais, entre outras. E seus índices são assustadores. Basta ver as taxas de homicídio e de encarceramento. Mas é importante também atentar para suas principais vítimas: pobres e negros.

É claro que a violência não um fenômeno novo nem exclusivo da cidade, mas adquiriu aí dimensões, proporções e características novas e assustadoras. E é claro que a desigualdade não é a única causa da violência. Mas, além de ser uma forma de violência, desencadeia e/

ou cria um ambiente fecundo para muitas outras formas de violência, interagindo com elas e agravando-as ainda mais. Acrescente-se a isso a forma violenta e segregacionista como o Estado vem enfrentando a situação de violência pandêmica de nossas cidades: “substituição gradual da rede de assistência do Estado de bem-estar social pela ‘rede de arrasto’ da polícia, dos tribunais e das prisões” (Loïc Wacquant).

c) Solidão e desespero

Ligados à desigualdade socioespacial e à violência pandêmica estão a solidão e o desespero de uma parcela significativa e crescente da população de nossas cidades: trabalhadores desempregados, jovens sem perspectiva, vítimas do tráfico, dependentes químicos, idosos abandonados e explorados, mulheres violentadas, população em situação de rua, dentre outros. Basta ver os índices de pessoas com depressão e o “sucesso” do pentecostalismo, centrado em questões subjetivo-existenciais.

É curioso: O lugar da multidão é, para muita gente, o lugar da solidão (está junto não é está próximo!); o lugar das possibilidades se torna para muita gente o lugar do desespero (existência de possibilidade não significa acesso a elas!). A vida é um processo dinâmico, cuja realização se dá na interação bens-relações-sentido. O desafio é garantir os bens necessários, promover relações saudáveis e viver com alegria e esperança.

2. Fraternidade e amizade social

Esse contexto de desigualdade socioespacial, violência pandêmica, solidão e desespero que caracteriza nossas cidades provoca a Igreja a pensar e centrar-se naquilo que constitui o centro de sua missão no mundo: a vivência e propagação da fraternidade como expressão por excelência da comunhão com Deus. A vivência do amor fraterno não é um ponto entre outros na Igreja, mas o modo cristão de ser humano, a forma de viver a comunhão com Deus, a marca fundamental da fé ou da vida cristã: “Nisso conhecerão que sois meus discípulos: se tiverdes amor uns para com o outros” (Jo 13,35).

A Encíclica *Fratelli Tutti* do Papa Francisco “sobre a fraternidade e a amizade social” insiste naquilo que é a característica e missão fundamental da Igreja e a necessidade e urgência maiores de nosso tempo: “todos irmãos”. Ela uma “humilde contribuição para a reflexão, a fim de que, perante as várias formas atuais de eliminar ou ignorar os outros, sejamos capazes de reagir com um novo sonho de fraternidade e amizade social que não se limite a palavras” (FT 6).

Certamente, a vivência da fraternidade e a construção de um mundo fraterno não se dão apenas na Igreja nem são tarefas exclusivas da Igreja. Menos ainda numa sociedade plural como é a sociedade urbana, onde a religião é um espaço e uma referência entre outros e onde o próprio universo religioso é bastante plural (diversidade de igrejas, tradições e experiências religiosas). Mas, no meio dessa pluralidade toda e em interação e colaboração com ela, a Igreja tem uma dupla tarefa/missão: ser lugar/sinal de fraternidade e ser mediação/instrumento de fraternidade.

a) Lugar/sinal de fraternidade

Enquanto comunidade dos seguidores de Jesus, a Igreja deve ser lugar de encontro com Ele e de escuta e vivência de seu Evangelho que é a manifestação da bondade de Deus (Pai) em sua ação salvífico-libertadora (reinado de Deus). Ela deve ser um lugar onde se se aprende a viver como irmãos, a servir, a ser suporte uns para os outros, a perdoar, a amar até os inimigos, a fazer o bem até a quem faz o mal, a ser humilde, a ter compaixão com os caídos à beira do caminho e com a humanidade sofredora, a acolher os que são banidos da convivência social e tratados como impuros e pecadores.

Está em jogo, aqui, um modo de vida, dinamizado pela lógica do amor fraterno que nos faz irmãos uns dos outros e filhos de Deus. É que a relação filial com Deus se vive, manifesta-se e é medida pela relação fraterna com os irmãos. Deus é amor e quem vive em Deus só pode viver no amor com os irmãos (1 Jo 4,7-21). Essa é a marca fundamental do ser cristão (Jo 13,34) e a exigência fundamental da fé (Jo 15, 12), cujo critério e cuja medida são sempre o fazer-se próximo dos caídos à beira

do caminho (Lc 10,25-37) ou o fazer ou não fazer aos pequenos e pobres (Mt 25,31-46).

Isso é tão claro na Escritura que é difícil alguém negar abertamente. Em princípio, todos estão de acordo com isso. Mas quando a gente olha para a vida concreta de nossas comunidades, não é preciso fazer muito esforço para perceber que no centro da vida de nossas comunidades estão a reprodução e o crescimento institucional (culto, doutrina, templo, dízimo, ministros, fiéis etc.) e não a vivência e propagação da fraternidade. Sem falar que muitas vezes nossas comunidades se tornam lugar de preconceito, intolerância, ódio e até aversão aos direitos humanos. O grande desafio é fazer da fraternidade o centro da vida de nossas comunidades: fraternidade entre os membros da comunidade, fraternidade com que não são de nossa comunidade e, sobretudo, fraternidade com os pobres, marginalizados e sofredores da sociedade. Isso faz da Igreja *lugar* (onde se vive) e *sinal* (que manifesta) do reinado de fraternidade, justiça e paz anunciado por Jesus.

b) Mediação/instrumento de fraternidade

A Igreja não existe para si, mas para a missão. Ela é missionária por sua própria natureza. Como insistiu a Conferência de Aparecida em 2007 e como insiste a I Assembleia Eclesial da América Latina e do Caribe realizada no México em novembro de 2021, "somos todos discípulos missionários em saída". E nossa missão é tornar presente o reinado de Deus nesse mundo; ser fermento, sal e luz do reinado de fraternidade, justiça e paz anunciado/realizado por Jesus de Nazaré.

Isso se dá, antes de tudo, pela vivência do Evangelho na comunidade. A primeira e a mais fundamental forma de anúncio do reinado de Deus é sua vivência em comunidade. Na medida em vivemos como irmãos, propagamos a fraternidade no mundo. Esse foi o impacto primeiro da Igreja no mundo: "Vede como eles se amam" (Tertuliano). E continua sendo a forma autenticamente evangélica de propagação da Igreja. Noutras palavras, a Igreja se torna mediação/instrumento de fraternidade na medida em que se constitui como lugar/sinal de fraternidade.

A partir dessa vivência comunitária da fraternidade, a Igreja vai buscando/criando caminhos e meios de propagação da fraternidade no mundo: convivência fraterna com cristãos de outras Igrejas, crentes de outras religiões e não crentes; atenção às situações de sofrimento e injustiça social no bairro e na cidade; criação de ministérios e organismos de serviço aos idosos, doentes, encarcerados, enlutados, migrantes, população em situação de rua, vítimas do tráfico etc.; acolhida e consolo das pessoas em situações de sofrimento as mais diversas; apoio e colaboração com movimentos e organizações populares na luta pelos direitos dos pobres e marginalizados, dentre outros.

Dessa forma, a Igreja se torna verdadeiramente fermento/sal/luz de fraternidade na cidade e, assim, sinal e instrumento do reinado de Deus nesse mundo – verdadeiro Evangelho para a humanidade sofredora.

POR UMA IGREJA SINODAL⁶

Desde o início do seu ministério pastoral, o Papa Francisco provocou e convocou a Igreja a um processo de renovação/conversão pastoral em vista de uma maior fidelidade à sua missão evangelizadora no mundo (EG 19-49). Sua Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* é um convite a uma “nova etapa evangelizadora” com indicação de “caminhos para o percurso da Igreja nos próximos anos” (EG 1). O Sínodo dos Bispos para a Região Pan-Amazônica (2019), a criação da Conferência Eclesial da Amazônia (2020), a Assembleia Eclesial da América Latina e do Caribe (2021) e o Sínodo dos Bispos sobre sinodalidade (2023-2024) são parte e expressão desse processo de renovação eclesial em curso. Trata-se de um processo de renovação/conversão missionária-sinodal.

1. Renovação/conversão missionária

A “nova etapa evangelizadora” de que fala Francisco consiste fundamentalmente numa “transformação missionária da Igreja” (EG, cap. I). Ela existe para a missão. Ela é missionária por sua própria natureza (AG 2). E sua missão é a mesma de Jesus: “tornar o Reino de Deus presente no mundo” (EG 176). Esta é a eterna novidade da Igreja e toda renovação/reforma da Igreja deve se realizar a partir e em vista dessa missão.

Trata-se de um processo de descentramento eclesial (interesses institucionais) e de saída para as periferias do mundo (rostos concretos com dores, esperanças, lutas) para anunciar a Boa Notícia do reinado de Deus (manifestar a ternura de Deus, ungir as feridas, regar a esperança, cultivar a solidariedade, animar as lutas por direito). Francisco fala muito de uma “Igreja em saída para as periferias”. Não se trata de qualquer

⁶ Publicado no *Portal das CEBs* (02/10/2021): <https://portaldascebs.org.br/por-uma-igreja-missionaria-sinodal/>

saída para qualquer lugar e para qualquer coisa. Trata-se de “sair da própria comodidade e ter a coragem de alcançar todas as periferias que precisam da luz do Evangelho” (EG 20). Ao falar de uma “Igreja em saída”, ele retoma o processo de renovação conciliar que fala da Igreja como “sacramento de salvação” ou “sinal e instrumento do Reino de Deus” no mundo (LG 1, 9, 48). Ao falar de “saída para as periferias”, insiste no “lugar privilegiado dos pobres no povo de Deus” (EG 197-201) ou no que se convencionou chamar a partir da América Latina de “opção preferencial pelos pobres” (EG 198): uma “forma especial de primado da caridade cristã, testemunhada por toda a Tradição da Igreja” (João Paulo II) que está “implícita na fé cristológica naquele Deus que se fez pobre por nós, para enriquecer-nos com sua pobreza” (Bento XVI). É nesse sentido que Francisco fala de uma “Igreja pobre para os pobres”, insistindo que “a nova evangelização é um convite a reconhecer a força salvífica dos pobres e a colocá-los no centro do caminho da Igreja” (EG 198). Este é o cerne da “transformação missionária da Igreja” de que fala Francisco. Trata-se de “voltar à fonte e recuperar o frescor original do Evangelho” (EG 11).

2. Renovação/conversão sinodal

A conversão missionária da Igreja diz respeito à totalidade do povo de Deus na diversidade de seus carismas e ministérios. Como ensina o Concílio Vaticano II, pelo batismo, todos os cristãos são “ungidos” com o Espírito Santo e dotados com um “senso da fé”, pelo qual “recebe a Palavra de Deus, penetra-a mais profundamente e mais plenamente a aplica na vida” (LG 12). Isso faz da Igreja uma comunidade, na qual “reina entre todos verdadeira igualdade quanto à dignidade e ação comum de todos os fiéis na edificação do Corpo de Cristo” (LG 32). E é nesse sentido que Francisco fala de sinodalidade ou Igreja sinodal: o “caminhar juntos” do Povo Santo de Deus na comum dignidade e missão (igualdade fundamental) e na riqueza e complementaridade de seus carismas e ministérios (diversidade carismático-ministerial).

O texto fundamental aqui é o discurso de Francisco por ocasião dos 50 anos de instituição do Sínodo dos Bispos no dia 17 de outubro de

2015 (disponível no site do Vaticano). Ele afirma que a sinodalidade é uma “dimensão constitutiva da Igreja” que “nada mais é que o ‘caminhar juntos’ do rebanho de Deus pelas sendas da história ao encontro de Cristo Senhor”. Recorda com o Concílio que o fundamento desse “caminhar juntos” é a “unção” do Espírito e o “senso sobrenatural da fé” que ela confere a todos os batizados. Insiste que em virtude dessa “unção” e desse “senso da fé” todo batizado é um “sujeito ativo da evangelização”, o que “impede uma rígida separação entre Igreja docente e Igreja discente”. Antes de qualquer diferença na Igreja, como ensina o Concílio, “reina entre todos verdadeira igualdade quanto à dignidade e ação comum” (LG 32). E isso, diz ele, “oferece-nos o quadro interpretativo mais apropriado para compreender o próprio ministério hierárquico” que deve ser um “serviço” ao Povo de Deus. Francisco reconhece que sinodalidade “é um conceito fácil de exprimir em palavras, mas não é assim fácil pô-lo em prática”. E oferece algumas orientações para um processo sinodal: a) “uma Igreja sinodal é uma Igreja da escuta: cada um à escuta dos outros e todos à escuta do Espírito Santo”; b) “o caminho sinodal começa por escutar o povo [...] continua escutando os pastores [...] e culmina na escuta do bispo de Roma”; c) níveis de exercício da sinodalidade: Igrejas particulares, instancias intermediárias, Igreja universal; d) “numa Igreja sinodal, o Sínodo dos Bispos é apenas a manifestação mais evidente dum dinamismo de comunhão que inspira todas as decisões eclesiais”; e) “o compromisso de edificar uma Igreja sinodal está cheio de implicações ecumênicas” e é como “estandarte erguido entre as nações”. A criação da Conferência Eclesial da Amazônia (junho de 2020) e a realização da Assembleia Eclesial da América Latina e do Caribe (novembro de 2021), enquanto organismo e evento de toda a Igreja e não apenas dos bispos, avançam ainda mais na direção de uma Igreja verdadeiramente sinodal, na qual a totalidade do povo de Deus aparece como “sujeito” eclesial.

3. Renovação/conversão missionário-sinodal

Conversão missionária e conversão sinodal são dois aspectos do mesmo processo de renovação evangélica da Igreja: A Igreja só se renova

na missão de anúncio/realização do reinado de Deus que é um reinado de fraternidade, justiça e paz. E essa missão compete à totalidade do povo de Deus na diversidade e complementaridade de seus carismas e ministérios. Trata-se, portanto, de um processo de renovação/conversão missionária ("Igreja em saída para as periferias") sinodal ("caminhar juntos" de todo povo de Deus), no qual a missão é compreendida e vivida de modo sinodal e a sinodalidade é compreendida e vivida em perspectiva e dinamismo missionários.

Mas é preciso ficar muito atento para não banalizar ou distorcer o sentido profundo da missão e do dinamismo sinodal da Igreja. Toda insistência aqui é pouca. A *missão* da Igreja é "tornar o Reino de Deus presente no mundo" (EG 176). Isso significa que ela tem que se preocupar e se envolver com os problemas do mundo e fermentar a sociedade com a força e o dinamismo do Evangelho de Jesus Cristo. Por isso, Francisco fala tanto de "opção preferencial pelos pobres", de "fraternidade e amizade social" e do "cuidado da casa comum". E a *sinodalidade* eclesial se dá precisamente nessa missão. Quando se perde isso de vista, termina em burocratismo, ativismo e disputa de poder. Falando dos organismos de participação na Igreja, Francisco adverte que "só na medida em que estes organismos permanecerem ligados a 'baixo' e partirem do povo, dos problemas do dia a dia, é que pode começar tomar forma uma Igreja sinodal". É nesse sentido que falamos com Francisco de uma renovação missionária-sinodal da Igreja.

FORTALECENDO AS CEBs DO BRASIL: DESAFIOS E CUIDADOS NA CAMINHADA⁷

De 18 a 22 de julho de 2023 aconteceu em Rondonópolis – MT o 15º Encontro Intereclesial das CEBs do Brasil. Um verdadeiro Pentecostes. Gente de todos os cantos do país e de outros países da América Latina: lideranças de comunidade, agentes de pastoral, religiosos/as, padres, bispos, membros de outras igrejas cristãs e de outras religiões, militantes de organizações e movimentos populares... Foram dias intensos de convivência fraterna, reflexão e oração sobre os desafios de nossa realidade e a missão de ser “Igreja em saída a serviço da vida plena para todos e todas”. Expressão viva de uma Igreja sinodal: povo de Deus, na diversidade de seus carismas e ministérios, em comunhão ecumênica, interreligiosa e social, a serviço do Reino de Deus no mundo.

Depois de refletir sobre os desafios da realidade (ver) à luz do Evangelho de Jesus Cristo e das primeiras comunidades cristãs (julgar/iluminar), chamamos atenção para alguns desafios e cuidados na caminhada de nossas comunidades (agir):

1. Não desanimar na caminhada

O Concílio Vaticano II e sua recepção na América Latina desencadeou um novo jeito de ser Igreja: Povo de Deus a serviço do Reino de Deus no mundo. É nesse contexto que nascem e se multiplicam comunidades eclesiais de base por todos os cantos de nosso país: fermento/sal/luz de salvação/libertação no mundo. Mas o contexto eclesial atual é muito diferente. Não por acaso, Francisco fala tanto contra a auto-referencialidade e o clericalismo na Igreja e insiste tanto numa conversão missionária (saída para as periferias) e sinodal (caminhar juntos do povo de Deus na missão). E não por acaso, ele encontrou tanta resistência na

⁷ Publicado no *Portal das CEBs* (28/07/2023): <https://portaldascebs.org.br/fortalecendo-as-cebs-do-brasil-desafios-e-cuidados-na-caminhada/>

Igreja. Essa situação pode levar à tentação do desânimo na caminhada: perda do entusiasmo, pessimismo, azedume... uma espécie de depressão eclesial... O desafio aqui é cultivar e irradiar a alegria que vem do encontro com o Senhor e seu Evangelho, mesmo em um contexto eclesial adverso e como “minorias abraâmicas”. Não esqueçamos nossa vocação de fermento, sal e luz...

2. Não desistir da comunidade

Nossa fé nos reúne e nos faz comunidade. A fé se vive em comunidade. O Concílio Vaticano II recuperou a consciência da Igreja como povo de Deus e a Igreja da América Latina concretizou isso em comunidades eclesiais de base. Mas o fortalecimento do clericalismo nas últimas décadas, aliado à crise do comunitário e à centralidade da subjetividade, acaba tornando a comunidade secundária e até desnecessária na vivência da fé. Em geral, nossas comunidades estão reduzidas a culto, catequese e dízimo, quando não são tratadas como fonte de renda e sustentação da estrutura paroquial. O que menos conta é a vida comunitária e sua missão na sociedade. O desafio aqui é recuperar e cultivar a dimensão comunitária da fé: comunidades geográficas ou ambientais; inspiradas nas primeiras comunidades; lugar e instrumento de fraternidade; abertas a todas as pessoas, sobretudo aos pobres e marginalizados; em comunhão ecumênica, interreligiosa e social; expressão privilegiada de sinodalidade: comunhão, participação e missão.

3. Não banalizar a missão

A Igreja é por natureza missionária. Ela existe para a missão. Mas é preciso ter muito claro qual é a missão cristã. Não se pode identificar a missão com certas atividades pastorais (visitas, missões populares etc.) nem identificar os missionários com quem realiza essas atividades. A missão cristã é mesma de Jesus: “tornar o Reino de Deus presente no mundo” (EG 176). Isso se concretiza na vivência do amor fraterno, no perdão e na reconciliação, na humildade e no serviço aos caídos à beira

do cominho, aos pobres e marginalizados. A missão cristã é viver segundo o Evangelho e fermentar o mundo com a força do Evangelho. É um modo de vida. E isso diz respeito a todos os cristãos e se realiza em todos os âmbitos e espaços da vida: família, trabalho, lazer, política, redes sociais, comunidade eclesial etc. Todas as atividades que a Igreja realiza, inclusive o que se costuma chamar “animação missionária”, devem estar à serviço da verdadeira missão cristã que viver e tornar presente e eficaz o amor de Deus pela humanidade.

4. Não deixar cair a profecia

Enquanto assembleia convocada e reunida pelo Senhor, a Igreja é portadora de sua Palavra no mundo. É chamada e envidada para anunciar, com gestos e palavras, com a própria vida, a Palavra de Deus – também nas horas difíceis e inoportunas. A profecia é a encarnação da Palavra de Deus em contextos bem concretos, particularmente em situações de oposição ao projeto de Deus para a humanidade como as situações de injustiça, dominação e marginalização. Não por acaso, a profecia aparece na Escritura sempre ligada ao direito do pobre, do órfão, da viúva e do estrangeiro. Ela tem várias dimensões: denúncia, anúncio, consolo. É exercida de modo individual ou comunitário. Realiza-se tanto no cotidiano da vida, como em situações mais dramáticas e extremas. O desafio aqui é “não deixar cair a profecia”, sobretudo em tempos de neofascismo político e religioso. Nossa reação à extrema direita, ao ódio, à mentira, às armas, à violência, é o compromisso inegociável com os pobres e marginalizados na luta por seus direitos.

5. Não perder a esperança

Os desafios que a gente enfrenta na sociedade e na Igreja muitas vezes criam em nós um sentimento de impotência e descrença na possibilidade de mudança que gera desânimo e desmobilização. Sem esperança ninguém se mobiliza para a mudança. Mas o ser humano é um ser aberto e em construção. Nunca está pronto. Nada nesse mundo é definitivo. Por

isso, a esperança sempre brota. Renasce de onde menos se espera. E o fundamento e a fonte de tudo isso é o Espírito de Deus, pelo qual tudo foi criado, que age na vida das pessoas e na história humana, que renova, sempre de novo e a partir de baixo, a face da terra. Ao dito popular "a esperança é a última que morre", recorda poética e profeticamente Pedro Casaldáliga: "se morrer, ressuscita". Somos "povo da Páscoa", povo da Esperança: "esperança do verbo esperar"; esperança ativa, comprometida, militante; esperança teimosa e perseverante; esperança alimentada nos pequenos passos, no "inédito possível"; esperança processual e a caminho do Reino definitivo...

Tudo isso é muito importante para fortalecer/revitalizar/revigorar o jeito de ser Igreja das comunidades eclesiais de base e enfrentar os desafios que encontramos no dia a dia em nossas comunidades, no conjunto da Igreja e na sociedade: Sempre nos passos de Jesus, na força do Espírito, em companhia dos profetas e mártires da caminhada, a serviço dos pobres e marginalizados em suas lutas por direitos e no cuidado da casa comum, a caminho do Reino definitivo de Deus...

